



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681189 - RJ (2021/0225234-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA - RJ134652
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DIOGO DOS SANTOS SILVA (PRESO)
CORRÉU : JONATHAN PESSANHA NUNES
CORRÉU : LUIZ HENRIQUE MENDES DA SILVA
CORRÉU : DIOGO DOS SANTOS SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIOGO DOS SANTOS SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação n. 0002158-92.2018.8.19.0066).

O paciente foi condenado "como incurso nas sanções do delito previsto no art. 33, *caput*, e art. 35 c/c o art. 40, V, todos da Lei 11.343/06, na forma do art. 69 do C. Penal, [...] à pena total de 11 (onze) anos e 08 (oito) meses de reclusão" (fl. 129).

A parte impetrante sustenta que a "autoridade coatora, *data máxima vênia*, incorreu em ilegalidade ao aumentar 1/5 (um quinto) em relação ao crime de tráfico e em fração de 1/3 (um terço) em relação ao delito de associação, pelas mesmas circunstâncias judiciais" (fl. 6).

Requer a concessão de ordem para readequação da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A parte impetrante maneja o *writ* para reformar acórdão do tribunal já transitado em julgado em 6/4/2021 nos autos do AREsp n. 1.844.618/RJ.

Evidencia-se, portanto, que o pedido formulado consubstancia substitutivo de revisão criminal, a despeito de não ter sido inaugurada a competência do STJ. Isso porque, nos termos do art. 105, I, *e*, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça, originariamente, "as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados".

Confirmam-se precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça que tratam da questão:

1. Não deve ser conhecido o *writ* que se volta contra sentença condenatória já transitada em julgado, manejado como substitutivo de revisão criminal, em hipótese na qual não houve inauguração da competência desta Corte Superior. Nos termos do art. 105, I, e, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados. Precedentes da Quinta e Sexta Turmas do Superior Tribunal de Justiça. (AgRg no HC n. 633.925/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 4/6/2021.)

[...]

4. Tratando-se de impetração que se destina a atacar acórdão proferido em sede de apelação criminal, já transitado em julgado, contra o qual seria cabível a interposição de revisão criminal, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento. (AgRg no HC n. 486.185/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 7/5/2019.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente